

## 1 ATA DA XXXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMA

2 Às quatorze horas do dia vinte e três de maio, do ano de hum mil, novecentos e noventa e um, na  
3 Câmara de Vereadores da cidade de Paranavaí, Paraná, foi realizada a XXXII reunião ordinária do  
4 Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA. Presidiu a reunião o Sr. Tadeu França, Secretário  
5 Especial para Assuntos do Meio Ambiente. Secretariou a reunião o Sr. Paulo Cezar Rizzo  
6 Cerdeira, da Secretaria Executiva do CEMA. Participaram da reunião os Conselheiros: Sérgio  
7 Caladi, representante do Ministério Público do Estado do Paraná; Luiz Alberto de Souza,  
8 representante da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Nicolau Leopoldo  
9 Obladen, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Ten. Cel. Daniel Cesar Maingué,  
10 Comandante do Batalhão da Polícia Florestal; Roberto Ribas Lange, Vice-Presidente da ADEA -  
11 Associação de Defesa e Educação Ambiental; Roberto Xavier de Lima, do Instituto de Estudos  
12 Amazônicos, com sede em Curitiba; Alberto Contar, da Associação de Defesa e Educação  
13 Ambiental de Maringá; Eduardo Kardush, da Associação Conservacionista de Palmeira -  
14 ACOPAL; Ângelo Antônio, da Universidade Estadual de Maringá; Renato Eugênio de Lima, da  
15 Universidade Federal do Paraná; Robson Jerônimo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa;  
16 Elin de Oliveira Mendes, da Secretaria de Estado da Educação. Inicialmente o Presidente do  
17 Conselho convidou para compor a mesa o Deputado Cleiton Kielse e deu as boas vindas aos  
18 Senhores Conselheiros e convidados. Com relação à XXXI reunião, o Secretário do Conselho  
19 relatou que foi enviado ofício à Procuradoria Geral do Estado em atenção à proposição do  
20 Conselheiro Renato Eugênio de Lima, consultando-a a respeito da competência de atuação do  
21 CEMA. A PGE manifestou-se esclarecendo que o Conselho não tem competência para deliberar  
22 sobre os assuntos do meio ambiente, mas tão somente de prestar assessoramento. Como  
23 segundo item da reunião, o Secretário do Conselho informou que em atenção à proposição do  
24 Conselheiro Roberto Ribas Lange, foi enviado ofício ao IBAMA solicitando informações quanto ao  
25 cumprimento do Decreto n.º 99.247/90 por parte dos agentes financiadores da UHE - Canôas, de  
26 responsabilidade da CESP, até então sem resposta. Como item terceiro, o Secretário comunicou,  
27 em resposta ao conselheiro Paulo Pizzi, que foi aprovado pelo IBAMA a instalação de posto de  
28 gasolina em Guaraqueçaba em razão de que o referido posto somente prestará serviços de venda  
29 de combustível, sem proceder lavagem de carros e troca de lubrificantes. Em seguida distribuiu  
30 entre os Conselheiros pastas com cópia do ofício da ABEMA e dossiê sobre a ECO 92 elaborada  
31 pelo Deputado Federal Fábio Feldmam em conjunto com a Fundação Nacional de Ação Ecológica  
32 e também com os resultados dos trabalhos da Comissão IBAMA / ABEMA, que se reuniu nos dias  
33 02 e 03 de maio em Brasília. Comunicou que foi retirada da pauta da Assembléia Legislativa o  
34 anteprojeto da Lei Ambiental do Estado do Paraná. Como último informe entregou aos  
35 Conselheiros balanço da ação fiscalizatória ambiental realizada na Região Metropolitana de  
36 Curitiba. Na seqüência o Presidente do Conselho, depois de agradecer ao Presidente da Câmara  
37 Municipal de Paranavaí e aos nobres vereadores a cessão das instalações daquela Casa para

38 realização da reunião do CEMA, passou a palavra ao Eng.º Florestal Mauri Barbosa Pereira para  
39 discorrer sobre a proposta para criação do novo órgão Ambiental. Informou aos presentes que o  
40 assunto relativo à criação do novo órgão ambiental do Paraná está sendo bastante discutida por  
41 toda a comunidade de interessados e também pela Secretaria de Planejamento, e que por  
42 determinação do Governador Roberto Requião o novo Órgão deverá resultar da unificação da  
43 SUREHMA com o ITCF, e que, objetivará ter uma atuação efetiva em todas as regiões do Paraná,  
44 a exemplo da instalação de um núcleo da SUREHMA em Paranavaí. Diante deste assunto,  
45 informou que o Batalhão da Polícia Florestal deverá apresentar uma proposta de implantação de  
46 uma Polícia de Fiscalização Ambiental que deverá atuar em conjunto com o novo Órgão do meio  
47 ambiente. Na seqüência usou da palavra o Presidente do ITCF, Vitório Sorotiuk, ratificando os  
48 propósitos de integração conjunta dos órgãos ambientalistas a exemplo do ITCF, SUREHMA, do  
49 DEFIS (SEAB) e inclusive da Secretaria de Saúde numa atuação administrativa de fiscalização,  
50 de policiamento ostensivo e de policiamento judiciário. Relatou que o ante-projeto de Lei  
51 Ambiental coloca a necessidade de criação de um novo Órgão para cuidar da preservação  
52 ambiental com instrumentos apoio legal junto a Lei Ambiental do Estado, promovendo a  
53 institucionalização do futuro Conselho Estadual do Meio Ambiente, transformando-o de Conselho  
54 Consultivo para Órgão com competência concorrente, para estabelecer a legislação ambiental do  
55 Estado, com maior poder e capacidade para atender às necessidades ambientais, a exemplo da  
56 realização do zoneamento ecológico, o cadastramento das atividades que interferem no Meio  
57 Ambiente e a criação do Sistema de Informações Ambientais do Estado do Paraná. Outro aspecto  
58 abordado pelo Presidente do ITCF foi o da educação ambiental que será enfatizada pelo novo  
59 Órgão, o qual deverá promover a formação profissional de agentes ambientais, dentro de uma  
60 nova mentalidade, com visão integrada do meio ambiente: serão os extensionistas ambientais.  
61 Colocou ainda que com o propósito de dotar o novo Órgão de maior capacidade fiscalizatória será  
62 intensificado o uso dos equipamentos de monitoramento dos recursos naturais através do  
63 tratamento das imagens de satélite. Frizou que, na prática, já ocorre a existência do novo Órgão,  
64 pois que sob a administração do Secretário Tadeu França existe a integração das atividades  
65 ambientalistas do ITCF com a SUREHMA. Por último, destacou a participação de muitos  
66 ambientalistas que integram o Conselho Estadual do Meio Ambiente, a exemplo dos Conselheiros  
67 Roberto Ribas Lange, Tereza Urban, Mauri, José Álvaro que muito se dedicaram para a  
68 elaboração da proposta de criação do novo Órgão Ambiental, agradecendo a oportunidade de  
69 manifestar-se em tão importante reunião. O Presidente do Conselho solicitou aos Conselheiros  
70 que tivessem alguma indagação com relação a criação do novo Órgão que se manifestassem à  
71 respeito. Usou da palavra o Conselheiro Eduardo Kardush, da ACOPAL que manifestou sua  
72 preocupação com relação a formação do quadro de pessoal do Novo Órgão, notadamente no que  
73 se refere a sua questão salarial e de capacitação profissional. O Secretário Tadeu França  
74 esclareceu que todas as questões pertinentes ao quadro de pessoal do Novo Órgão serão  
75 atendidas quando da implantação do Regime Único dos Servidores do Estado, bem como na

76 transformação das instituições fundacionais em autarquias. A seguir usou da palavra, na tribuna, o  
77 Conselheiro Roberto Lange, vice-presidente da ADEA, fazendo uma retrospectiva histórica do  
78 esforço desenvolvido pelas entidades ambientalistas, no sentido da criação da Lei Estadual do  
79 Meio Ambiente do Paraná, cujo início ocorreu em 1983, com destacada participação da ADEA,  
80 cujo anteprojeto foi enviado à Assembléia Legislativa pelo então governador Álvaro Dias, tendo  
81 como Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente o Sr. Roberto Requião. Salientou a  
82 importância que dever ser dada ao anteprojeto e à sua aprovação em lei ordinária, em regime de  
83 urgência, independente da criação de 1 ou 2 órgãos ambientais, como forma de garantia dos  
84 mecanismos de direito da cidadania sobre a questão ambiental, conforme já dispõe a Constituição  
85 Estadual. Destacou que a Assembléia Legislativa do Paraná, é uma das primeiras no Brasil, que  
86 tem na sua estrutura uma Comissão de Meio Ambiente. Encerrando sua intervenção, Roberto  
87 Lange, salientou a presença do Deputado Presidente da Comissão de Meio Ambiente da  
88 Assembléia, que pela primeira vez comparece numa reunião do CEMA. Usou da palavra o  
89 Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Deputado Clayton K. Crisóstomo, externando que,  
90 apesar de pouco conhecer o anteprojeto, tem certeza de que o mesmo praticamente encerra uma  
91 longa novela e que no máximo, no início do 2º semestre terão sido estabelecidas as Normas para  
92 o Novo Órgão. Na seqüência, Luiz Alberto de Souza, da SEAB, indagou ao Presidente do  
93 Conselho, tendo em vista a proximidade do dia 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, data  
94 aprazada para a aprovação da Lei, se ainda haveria tempo dos Conselheiros oferecerem alguma  
95 contribuição para o aprimoramento da referida Lei Ambiental. O Presidente Tadeu França  
96 esclareceu que qualquer contribuição enviada será bem aceita, através do CEMA ou da  
97 Assembléia Legislativa. Usou da palavra, na continuidade, o representante da Universidade  
98 Estadual de Ponta Grossa, que argüiu sobre a personalidade jurídica do Novo Órgão, quanto ao  
99 aspecto de natureza autárquica, ressaltando que no seu entender para o atendimento das  
100 questões ambientalistas, uma instituição fundacional teria muito mais agilidade que uma de  
101 natureza autárquica. Manifestou-se na oportunidade o Sr. Vítório Sorotiuk procurando esclarecer  
102 que a autarquização é uma determinação governamental, compreendendo que uma Autarquia  
103 poderá ser administrativamente tão ágil como uma Fundação. O Presidente do Conselho anunciou  
104 que as observações trazidas pelo Conselheiro Robson serão encaminhadas à análise e avaliação  
105 da Secretaria do Planejamento. O Conselheiro Alberto Contar, da ADEAM, solicitou que seja dada  
106 condição de "irremobilidade" funcional aos fiscais do Novo Órgão, evitando que pressões políticas  
107 nas suas atuações fiscalizatórias. Manifestou-se o Secretário Tadeu França, assegurando que as  
108 transferências compulsórias são coisas de administrações passadas e que hoje existe intenção de  
109 se premiar a eficiência. Dr. Alberto Contar, entretanto, reforçou sua preocupação pois que se  
110 necessita garantir a irremobilidade perante as administrações futuras. O Presidente do Conselho  
111 informou que a proposta será devidamente encaminhada. A palavra foi passada na seqüência, ao  
112 Ten. Cel. Daniel Cesar Maingué, comandante do BPFLº que manifestou-se dizendo da dificuldade  
113 sempre encontrada pela existência de múltiplos órgãos, atuando nas mesmas atividades

114 ambientalistas; que o efetivo do Batalhão é insuficiente para cobrir toda a extensão do território  
115 paranaense. Falou também da necessidade de dotar o Batalhão de materiais e equipamentos  
116 indispensáveis ao pleno desempenho de suas funções, notadamente com previsão do  
117 crescimento em progressão geométrica do número de ocorrências a serem atendidas. O  
118 Comandante manifestou que o ideal, além de um trabalho repressivo é desenvolver um trabalho  
119 preventivo na conscientização da preservação ambiental, para o que a Polícia Florestal, bem  
120 como o restante da Polícia Militar, estará à disposição da comunidade. Na continuidade, o  
121 Presidente do Conselho passou a palavra ao representante regional da SUREHMA, Alberto  
122 Baccarin, e do ITCF, Ângelo da Silva David, para relato aos Senhores Conselheiros dos  
123 resultados alcançados com a blitz ambiental desenvolvida no Estado no período de 22 de abril a  
124 22 de maio, Alberto Baccarin informou que na oportunidade foram vistoriadas 85 empresas em 23  
125 municípios do Estado do Paraná, sendo multadas 35 delas. Somente na região de Paranavaí  
126 foram vistoriadas 50 empresas produtoras de farinha de mandioca, das quais 9 foram autuadas.  
127 Mencionou algumas empresas autuadas, a nível estadual à saber: em Almirante Tamandaré, as  
128 empresas de Bento Chimelli; em Sertanópolis, Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul; em  
129 Foz do Iguaçu, Mineração Padovani; em Araucária, a COCELPA - Companhia de Papel e  
130 Celulose do Paraná; em Medianeira, Indústrias de Adubos Orgânicos, Boassafra. Outras  
131 empresas procuraram a SUREHMA e se anteciparam à ação fiscalizatória, assinando temo de  
132 compromisso. Na “blitz” participaram funcionários da SUREHMA, do BPFL<sup>0</sup>, do ITCF, da Polícia  
133 Militar e de Prefeituras Municipais e Associações do Meio Ambiente. Declarou que estas ações  
134 terão continuidade, com rigoroso acompanhamento das ocorrências e solução para as pendências  
135 que surgirem. O Presidente do Conselho, Tadeu França registrou, com satisfação a presença de  
136 estudantes de Paranavaí, no plenário da reunião. Usou da palavra o Sr. Roberto Xavier, do IEA,  
137 argüindo quanto à segurança pessoal a ser garantida a quem fizer denúncias anônimas, tendo o  
138 Sr. Baccarin dito que o anonimato será garantido. O Sr. Vitório Sorotiuk lembrou que poderá  
139 recorrer ao “OUVIDOR” do Estado, e que no ITCF, na medida do possível as denúncias são  
140 verificadas com algumas precauções. Pode também a população contar com o Ministério Público.  
141 Informou que o Governador Roberto Requião está desenvolvendo o Projeto Cidadania que  
142 assegura ao cidadão reivindicar seus direitos assegurados pela Constituição. Usou da palavra o  
143 Dr. Caladi, representante do Ministério Público, dizendo que, com relação as denúncias, faz-se  
144 muitas vezes necessário a citação da fonte, como por exemplo, no caso de denúncias de poluição  
145 sonora, onde torna-se impossível esconder que os denunciantes sejam os vizinhos, mas que,  
146 entretanto, as providências, serão tomadas independente da oitiva de testemunhas. Dr. Contar,  
147 relatou a experiência existente em Maringá com relação às empresas processadoras de algodão,  
148 abusivamente poluidoras mas que ao final da safra asseguram que vão deixar de poluir. Disse que  
149 deve-se ter garantias formais de que na retomada de atividades, na safra seguinte, estarão  
150 instalados todos os equipamentos despoluentes e demais medidas já determinadas. Dr. Baccarin  
151 disse que o Sr. Secretário já determinou que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a SANBRA deverá

152 utilizar outras fontes de recursos energéticos nas suas caldeiras, e que nunca mais poderá utilizar  
153 casquinha de algodão para queima. Usou da palavra o professor Renato de Lima, da UFPR que  
154 teceu elogios à Secretaria pela “blitz” realizada, considerando-a de cunho educativo destacável,  
155 visto que o Estado passou a dar tratamento diferenciado aos empresários poluidores e àqueles  
156 que cumprem as recomendações e medidas adequadas. Ressaltou que a “blitz” deve ter um  
157 caráter permanente, sendo uma tarefa contínua e rigorosa, para que possa surtir efeito, evitando  
158 que as empresas parem de poluir e em seguida retomem as atividades poluidoras. Informou que  
159 com relação à barragem que o Sr. Bento Chimelli estava construindo em Almirante Tamandaré, a  
160 Universidade foi a consultada para instrução do processo através do Departamento de Hidráulica  
161 tendo se manifestado sobre a barragem que foi interdita. Na seqüência, o Sr. Secretário passou  
162 a palavra ao Chefe do Escritório Regional do ITCF em Paranavaí, Ângelo Antônio David, que  
163 inicialmente disse corroborar com as palavras já ditas pelo Cel. Maingué e que gostaria de ter tido  
164 menos trabalhos de autuação durante a realização da “blitz”, e que seria bom se tivesse diminuído  
165 o número de infrações. Entretanto, ressaltou, foi um mês de muito trabalho que apresentou, em  
166 linhas gerais, os seguintes resultados: 61 autos de infração relativos a desmates, cortes de  
167 material lenhoso e transporte de lenha que geraram recursos na ordem de seis milhões e  
168 oitocentas e cinquenta e seis mil cruzeiros. Mencionou que esta quantia será recolhida à nível  
169 federal através do IBAMA e que, se houvesse dispositivos legais, poderia ficar no Estado para  
170 utilização em reflorestamentos na região; 10 autos de infração que além de multas, terão  
171 conseqüências penais; 9 autos de caça; 14 autos de pesca, totalizando 94 autos, representando o  
172 recolhimento da quantia de 10 milhões e novecentos e noventa e nove mil cruzeiros. Foram  
173 também apreendidos 781 m<sup>3</sup> de lenha, 474 m<sup>3</sup> de toras; uma motosserra. Destacou que, quando  
174 vinculado ao auto de infração o material apreendido só será resgatado após o pagamento da  
175 multa correspondente, sendo o valor das mesmas superior ao valor do material apreendido; 89  
176 redes, 19 tarrafas; 147 kg de camarão que foram doados a entidades assistenciais; 58 pássaros; 1  
177 veado; 2 capivaras encontradas já mortas. No período, foram realizadas 46 barreiras; colocadas 3  
178 faixas alusivas à “blitz”; dadas 32 entrevistas à estações de rádios, TV e Jornais; distribuídos 5700  
179 “folders” e 34.000 mudas de árvores; foram abordados 14.500 veículos, totalizando 48.600  
180 pessoas. Em paralelo, o ITCF manteve diversas atividades educacionais, realizadas  
181 costumeiramente, tais como palestras, pinturas de muros, atividades recreativas, debates com a  
182 comunidade e concursos. Encerrou informando que, visando a integração com a SUREHMA,  
183 foram realizadas algumas atividades em conjunto na Região. O Secretário Tadeu pediu ao Chefe  
184 Regional do ITCF em Paranavaí que completasse seu relato informando em que condições  
185 materiais foram realizados os trabalhos, para que se torne público as condições instrumentais que  
186 os funcionários dispõem para realização das suas atividades. Usou da palavra o Presidente do  
187 ITCF que informou que a nível de todo o Estado a “blitz” foi realizada com apenas 30% dos  
188 recursos orçamentários previstos, visto estar sendo vivido um período de restrição de gastos  
189 públicos, por determinação governamental. Relatou que a frota de veículos do ITCF e do BPFL<sup>o</sup>

190 encontram-se sucateadas, devendo-se este sucateamento ao fato de atuar o Estado em convênio  
191 com o IBAMA, donde todos os recursos aqui arrecadados são recolhidos aos cofres da União,  
192 com muito pouco retorno aos cofres do Estado. Vitório informou que o recolhimento das multas da  
193 SUREHMA já é feito aos cofres do Estado e que com relação ao ITCF, foi feita uma minuta de  
194 Decreto criando a guia de infração ambiental aplicando a legislação federal no Estado do Paraná,  
195 já encaminhada à PGE à qual aguarda assinatura do Senhor Governador. Disse que o resgate da  
196 autonomia do Estado se faz imprescindível, pois com o recolhimento do dinheiro das multas pode-  
197 se renovar a frota e equipamentos de fiscalização não só do ITCF como também do BPFL<sup>o</sup>.  
198 Relatou que, ocorrem ocasiões de o fiscal do ITCF lavrar o auto de infração e o autuado recorrer  
199 ao IBAMA, conseguindo com que a multa seja anulada, acarretando uma desmoralização  
200 completa. Informou que o Governo do Estado está enfrentando esta questão e pretende resolvê-la  
201 em definitivo. Concorde que é muito difícil a situação dos fiscais do ITCF, pois que atuam sem  
202 armamentos, com carros sucateados, sem as mínimas condições e que com a transformação do  
203 BPFL<sup>o</sup> em Batalhão de Polícia Ambiental, serão dadas todas as condições para uma boa atuação,  
204 com um auto de infração ambiental que resulte na entrada de dinheiro das infrações aos cofres do  
205 Estado para benefício de um efetivo trabalho com condições mínimas necessárias, evitando que  
206 os recursos continuem dispersos nos cofres em Brasília. Encerrado o assunto, passou-se à  
207 exposição do projeto Água Limpa, usando da palavra o Chefe do Escritório Regional do ITCF de  
208 Toledo, Donivaldo Pereira do Carmo, Coordenador Estadual do Projeto. Inicialmente relatou que o  
209 Projeto foi estendido a todo o Estado do Paraná, originalmente desenvolvido somente nas regiões  
210 de Escritórios do ITCF em convênio com a ADEAM. O Projeto trata da recuperação de mananciais  
211 de abastecimento iniciando pelos mais críticos, apontados através de levantamento realizados  
212 pela SANEPAR e pela SUREHMA. Na continuidade disse que não se trata apenas de plantar  
213 árvores às margens dos rios, o que de certa forma já atenua o problema, principalmente em  
214 regiões onde se usa bastante agrotóxico, mas que o pretendido são ações conjuntas, como tratar  
215 da conservação do solo com acompanhamento sistemático da qualidade das águas dos rios para  
216 que se alcance em 1,2 ou 3 anos a obter-se água realmente limpa. Disse que, para tanto, faz-se  
217 necessária a implantação de reflorestamentos e que se mudem algumas concepções do que  
218 vínhamos fazendo; que se façam trabalhos a partir da cabeceira dos rios, com o técnico  
219 percorrendo e analisando o imóvel junto com o proprietário, em cada uma das propriedades. Disse  
220 que neste Projeto é importante a participação da Promotoria Pública, para interferir nos casos em  
221 que houver resistência dos proprietários ao Programa. Relatou que em muitos casos os  
222 proprietários tem procurado obter informações sobre o Programa Água Limpa, com o intuito de  
223 aderir ao mesmo. Falou que é desejada a participação das entidades ecológicas e de toda a  
224 comunidade. Encerrou dizendo que um dos primeiros mananciais onde serão realizados os  
225 trabalhos será o do Ribeirão Araras, em Paranavaí. Na continuidade, usou da palavra o Sr.  
226 Roberto Xavier, do IEA, que disse entender que os trabalhos de recuperação de matas ciliares  
227 são complexos e perguntou se há algum convênio com as Universidades, visando estudos para a

228 introdução de espécies apropriadas à cada região e acompanhamento dos trabalhos, tendo o Sr.  
229 Donivaldo dito existir esta preocupação, e que muitas vezes não se faz necessário o plantio de  
230 árvores, bastando que se faça o isolamento da área, com ocorrência de regeneração natural, com  
231 o surgimento de variadas espécies que mudem de região para região, apresentando ótimos  
232 resultados. A orientação que tem sido dada aos técnicos do Projeto é para que se tente introduzir  
233 espécies nativas da região. O coordenador considera importante a contribuição que possa advir  
234 não só das Universidades, mas de todas as instituições de pesquisa, pois que esta é uma luta  
235 conjunta. Dr. Alberto Contar usou da palavra na seqüência dizendo que considera a situação  
236 estadual gravíssima no que tange à proteção de mananciais e que deve trabalhar na recuperação  
237 das matas ciliares de imediato, mesmo que seja implantado espécies exóticas à curto prazo, pois  
238 que não vê nenhum inconveniente nisso. Citou que, mais tarde, poderá haver um replantio com  
239 espécies nativas. Argüiu ao Coordenador do projeto sobre quais as áreas prioritárias para início  
240 imediato dos trabalhos, tendo o Coordenador informado que a SANEPAR ofereceu relação dos  
241 rios em situação mais crítica a nível de Estado e que os Escritórios Regionais do ITCF verificaram  
242 a situação em relação à questão florestal, tendo sido definidas as prioridades, dentro das  
243 limitações apresentadas, evitando-se projetos faraônicos. Na continuidade usou da Palavra o Sr.  
244 Roberto Ribas Lange, Vice-Presidente da ADEA, sugerindo que se faça ampla divulgação do  
245 Programa, e que o mesmo não fique apenas nas belíssimas propagandas que já passaram na  
246 televisão, mas que seja exaustivamente divulgado em todo o Estado, com distribuição de “folders”  
247 e demais materiais de divulgação. Perguntou acerca dos recursos destinados ao Projeto e,  
248 finalizando, discorreu sobre a preocupação da ADEA com relação à Bacia do Rio Passaúna, que  
249 abastece 40% da população Curitibana e que hoje, devido ao Programa de piscicultura  
250 desenvolvido na área pela Associação de Crédito Rural do Estado do Paraná, onde os peixes são  
251 alimentados com excrementos de suínos, 60% das amostras do Passaúna já tem teores  
252 elevadíssimos de fósforo (adubos). Disse que piscicultura em área de manancial vai aumentar o  
253 teor de nutriente da água. Usando da palavra, na seqüência, Vítório Sorotiuk, Presidente do ITCF,  
254 disse que o grande mérito de “Água Limpa” será o de congregar a SANEPAR, o ITCF, a  
255 SUREHMA, bem como a SUCEAN, esperando-se também que a EMATER e o DEFIS venham  
256 participar com toda dedicação, pois que o Programa já existia, na prática, dentro do Programa de  
257 Microbacias do Paraná Rural, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura. Disse ainda que será  
258 dada ênfase ao tema neste Governo, indo-se buscar recursos pelo Brasil afora e no exterior,  
259 contando-se para tal com apoio das Organizações Ambientistas não Governamentais - ONGs -  
260 pois que há espaço para todos, tendo em vista ser bastante extensa a quilometragem de Rios no  
261 Paraná. O Sr. Roberto Lange voltou a insistir na questão do Passaúna, que envolve municípios da  
262 Região Metropolitana de Curitiba, e que considera o problema de fácil solução. O Eng.º Donivaldo,  
263 Coordenador do Programa, informou que na Região Metropolitana as prioridades do Programa  
264 serão ao atendimento às bacias do Passaúna e Iraí. Na continuidade, o representante da  
265 Universidade Federal do Paraná insistiu que se deve usar das melhores técnicas existentes na

266 questão de reflorestamentos, respeitando-se à sucessão florestal, com espécies adequadas a  
267 cada região, evitando-se que com o plantio inadequado percam-se mudas, que considera um  
268 desperdício inaceitável. Informou que desde março deste ano, tem um convênio de cooperação  
269 técnica entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, bastante abrangente, que  
270 pode perfeitamente contemplar estudo neste sentido. Dr. Contar insistiu que não se pode  
271 aguardar o plantio de espécies mais adequadas tendo em vista a urgência do plantio, para evitar-  
272 se danos maiores. O Eng.º Donivaldo relatou que já tem um “know-how” neste sentido e que vão  
273 ser seguidas as recomendações técnicas indispensáveis, e que, principalmente, serão respeitados  
274 os resultados que foram conseguidos no decorrer de 10 anos de atividades neste assunto. A  
275 seguir usou da palavra o representante da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Nicolau  
276 Obladen, que deixou como proposta que, em conjunto com o Programa Água Limpa tenha-se não  
277 apenas a preocupação com o reflorestamento, mas de um monitoramento da qualidade da água  
278 em conjunto com o Órgão Estadual do Meio Ambiente, com as Faculdades, Universidades e  
279 Escolas, proposta esta já apresentada em reunião anterior do CEDA. O Coordenador do  
280 Programa esclareceu já estar contemplado nos objetivos do Programa o monitoramento, e que o  
281 Sr. Conselheiro tem toda a razão quando diz que as práticas conservacionistas não podem ser  
282 tratadas isoladamente. Luiz Alberto de Souza, representante da Secretaria de Estado da  
283 Agricultura e do Abastecimento, sugeriu que seja pedido relatório à EMATER sobre os trabalhos já  
284 realizados na região do Passaúna, para distribuição entre os Conselheiros, visando inclusive uma  
285 melhor avaliação do tema. O Presidente do Conselho convidou o Sr. Mauri Barbosa Pereira para,  
286 prestar informes sobre a reunião, onde participaram os representantes do Paraná, junto ao  
287 CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, em Brasília. O Sr. Mauri informou que o tema  
288 tratado foi a política nacional de atuação em meio ambiente para o período de 1990/1995 do  
289 Governo Federal, estando presentes o Secretário do Meio Ambiente e o Presidente do ITCF,  
290 representantes do Paraná junto ao CONAMA. Relatou que na oportunidade foi apresentado um  
291 documento e solicitado que os Estados façam uma proposta de avaliação, que deverá ser  
292 encaminhada até o final do mês de junho para uma comissão que fará a sistematização do  
293 material até 31 de julho, encaminhando então à SEMAN/CONAMA. Como o documento, apesar  
294 de falho, traz algumas diretrizes, não poderemos deixar de encaminhar à nível de Estado, nossa  
295 contribuição ao Governo Federal. O Secretário Tadeu França manifestou-se propondo que 3  
296 Conselheiros fossem tirados desta reunião para representarem o Conselho junto a Assembléia  
297 Legislativa, no acompanhamento da Lei Estadual do Meio Ambiente, que deverá ser votada nos  
298 próximos meses. Ao invés de três, foram indicados 4 nomes, aceitos pelo Presidente do Conselho  
299 e demais Conselheiros à saber: Alberto Contar - da ADEAM; Roberto Ribas Lange, da ADEA;  
300 Paulo Pizzi, do Movimento Ecológico Mater-Natura, que não se encontrava presente à reunião e  
301 Renato Lima, da Universidade Federal do Paraná. Luiz Alberto de Souza propôs que o Presidente  
302 do Conselho delegue, em ocasiões que se fizerem necessárias, à representantes de sua  
303 confiança, a representação do Conselho, proposta que foi aceita. Complementou o Sr. Tadeu



304 França dizendo que a intenção daqui para a frente é de se fazer as reuniões do Conselho  
305 descentralizadas, em todo o Estado do Paraná. Anunciou, em seguida, que será deflagrada a  
306 nível estadual, pela Secretaria Especial do Meio Ambiente programa de conversão de lixo em  
307 material escolar, já aprovada pelo Governador e que será anunciado em aproximadamente 10  
308 dias, envolvendo todos os estudantes do Estado. Solicitou aos Conselheiros que encaminhem  
309 sugestões para a Conferência Estadual do Meio Ambiente, a realizar-se em outubro. Disse que  
310 ataca a proposta de que a “blitz” ambiental seja uma prática permanente da Secretaria Especial  
311 do Meio Ambiente e das suas vinculadas. Na seqüência, o Presidente do Conselho deixou a  
312 palavra em aberto, que foi usada pela representante da 14ª Região de Saúde, que questionou se  
313 o Projeto Água Limpa, contempla apenas os grandes mananciais de superfície ou se contempla  
314 os mananciais de águas profundas, que servem para abastecimento de pequenas comunidades e  
315 que atualmente não tem tratamento. A Diretora do Departamento de Recursos Naturais  
316 Renováveis do ITCF - Zilna Hoffmann Domingues, informou que o Projeto foi dividido em etapas e  
317 nesta primeira etapa será feito pela SUREHMA o monitoramento para que se tenha um quadro  
318 real dos sistemas autônomos que se utilizam de águas subterrâneas. Usou da palavra o Dr.  
319 Baccarim que respondeu à pergunta negativamente, e que com relação ao que se fazer com as  
320 fossas, principalmente, fossas cacimbas existe um Projeto que envolve SUREHMA, Secretaria de  
321 Saúde, Secretaria de Educação e comunidades rurais, no sentido de se fazer o monitoramento  
322 dos poços para se ver a qualidade da água. Com relação aos poços contaminados com coliformes  
323 fecais, fazem-se necessárias recomendações para instruir os procedimentos de descontaminação.  
324 Nos poços contaminados por agrotóxicos, mais graves, as recomendações são para fechamento,  
325 lacramento dos poços e abertura de novos poços, sendo que a SUREHMA deverá continuar  
326 desenvolvendo este trabalho. Na seqüência, Tadeu França discorreu sobre a participação das  
327 diversas instituições no Projeto Água Limpa, enfatizando que cada uma dela dará sua contribuição  
328 fazendo com que o conjunto das atividades integradas faça com que o Programa atinja com êxito,  
329 os objetivos propostos; relatou também, que a realização da primeira “blitz” ambiental foi um  
330 marco na condução da solução dos problemas ambientais, pois que, pela primeira vez, a  
331 autuação foi dirigida aos grandes infratores, históricos poluidores do Estado. Na continuidade, o  
332 Sr. Mauri Cesar Barbosa Pereira sugeriu que se apresente moção de apoio do CEMA com relação  
333 à questão da reposição florestal estadual, à iniciativa do IBAMA em assinar documento em  
334 conjunto com os Estados dizendo que vai descentralizar as ações, passando os recursos  
335 atrasados e deixando os Estados caminharem sozinhos no que diz respeito à questão florestal. O  
336 Sr. Vitório, além do apoio à moção pediu que tendo em vista que estão sendo realizadas reuniões  
337 envolvendo várias Secretarias com relação ao assunto e tendo em vista a amplitude econômica  
338 da questão, sugeriu que o Sr. Secretário Tadeu França consiga uma audiência com o Governador  
339 para que seja a mesma exposta em toda sua abrangência. A proposição do Presidente do ITCF  
340 foi aceita bem como o envio da moção proposta pelo Sr. Mauri. Em seguida usou da palavra Elim  
341 de Oliveira Mendes, representante do Secretário de Educação que ressaltou a importância da

342 educação ambiental visando a preservação que deve ser feita agora, ressaltando os aspectos  
343 positivos da integração inter-institucional e de que as campanhas educativas devem ser  
344 amplamente utilizadas, passando-se aos estudantes uma determinação de mudança  
345 comportamental. O representante do Ministério Público, sugeriu que como já é feito com a  
346 SUREHMA, sejam, a nível de ITCF, encaminhados procedimentos legais de competência do  
347 Ministério Público Estadual, para tomadas das providências cabíveis pelo Sr. Promotor da  
348 Comarca. Vitório Sorotiuk informou que o ITCF tem convênio com o Serviço Especial da  
349 Procuradoria do Meio Ambiente e todos aqueles processos que necessitam ação civil pública têm  
350 sido para lá encaminhados. Do ponto de vista das contravenções penais, estavam encaminhando  
351 à Delegacia de Polícia do Meio Ambiente, entretanto os processos lá acabavam prescrevendo.  
352 Considerou a sugestão do representante do Ministério Público bastante interessante e que será  
353 acatada. Na continuidade o representante do Ministério Público disse reconhecer a importância da  
354 educação ambiental e que deveriam ser firmados convênios com Universidades e escolas para  
355 que fosse feito monitoramento não apenas da poluição hídrica, mas da poluição atmosférica-  
356 sonora, fornecendo equipamentos para que as escolas também pudessem realizar trabalhos  
357 neste sentido, periodicamente. Seriam os fiscais dos próprios órgãos ambientais que estariam  
358 educando os alunos e nos fornecendo elementos para que pudéssemos trabalhar, detectando os  
359 problemas, tendo em vista que poucas Prefeituras e órgãos no interior dispõem de aparelhos de  
360 medição de volumes dos decibéis. Se for firmado convênio nesse sentido todo o interior do Estado  
361 poderá medir o nível de poluição percebendo a gravidade do problema. Outra sugestão é de que  
362 dentro do Projeto Água Limpa, se desenvolva um trabalho por conta da própria comunidade, não  
363 apenas dando atenção àquelas áreas que foram eleitas essenciais, mas também chamando a  
364 população, a comunidade, os órgãos de classe preocupados com o meio ambiente para que  
365 aproveitem essa propaganda em torno do assunto e desenvolvam um trabalho nas áreas que  
366 aparentemente não são prioritárias mas que na realidade o são. O Sr. Vitório relatou que em  
367 Curitiba, o Colégio Positivo já adotou uma área de beira de rio e parque para proteger dentro das  
368 ações ecológicas traçadas pela Instituição. Foi solicitado ao ITCF que fornecesse essa tecnologia  
369 para que pudesse implantar um viveiro próprio. Disse que pretende-se retomar o convênio como o  
370 realizado com os assentados dos 30 assentamentos rurais definitivos do Estado para introdução  
371 do cultivo, da erva-mate; continuou, dizendo que, podemos pensar também em incentivar a  
372 implantação de canteiros ao invés de viveiros, utilizando às vezes uma semente não tão  
373 qualificada, selecionada, mas onde pode-se fazer a coleta e criar o canteiro, com o apoio dos  
374 colégios, da Secretaria de Educação, associações não governamentais. Na continuidade, usou da  
375 palavra o Ten. Cel. Maingué, que prestou esclarecimentos aos Conselheiros de que a mudança  
376 do nome do Batalhão da Polícia Florestal para Batalhão da Polícia Ambiental só pode ser feito  
377 através de Lei Federal. Propôs ainda que fosse incluído entre os membros do CEMA um  
378 representante do BPFL.<sup>o</sup> que foi acatado pelo Presidente do Conselho, que pediu fosse incluído  
379 como proposta inclusive para a Lei Estadual do Meio Ambiente. Outra proposta apresentada foi de

380 que o Secretário designasse o órgão competente do Meio Ambiente para realizar estudos para a  
381 criação de parque ou área de preservação ambiental na Região do Canyon Guartelá, que é um  
382 patrimônio natural do Estado, de especial importância geológica e arqueológica e que precisa ser  
383 preservado. Na oportunidade, Vitório Sorotiuk informou que já foi designado o técnico Francisco  
384 Adyr Gubert Filho para participar de reunião com os Prefeitos da Região, visando iniciar o estudo  
385 já proposto. Em referência a apresentação de sugestões, para o Programa Nacional de Meio  
386 Ambiente ficou estabelecidos o prazo de 10 de junho para o envio das mesmas. Um morador de  
387 Paranavaí relatou que existe um cedro tombado pelo Patrimônio Municipal localizado próximo a  
388 área onde está sendo construído o campo de futebol e que apesar da associação de proteção  
389 ambiental de Paranavaí já ter solicitado providências no sentido de que a árvore não sofra danos  
390 com o empreendimento o mesmo não vem ocorrendo, não tendo sido tomada nenhuma  
391 providência até a presente data, visando sua preservação durante a construção do estádio. Pediu  
392 que o CEMA oficie ao Prefeito Municipal pedindo providências para sua preservação. Sugeriu que  
393 seja mantido na pauta do dia à visita dos Senhores Conselheiros ao Bosque Municipal, apesar do  
394 adiantado da hora, visto que, lá estão sendo construídas obras, que acredita, devam ter o parecer  
395 do Conselho. O Secretário Tadeu França informou ter repassado as denúncias ao Chefe do  
396 Escritório Regional do ITCF de Paranavaí para as providências cabíveis. Na seqüência foi  
397 solicitado pelo Sr. Eduardo que se faça uma recomendação à Secretaria de Segurança para  
398 alocação e repasse de recursos para a Guarda Florestal enquanto está tramitando o processo de  
399 criação da guarda ambiental. Pediu também que se dê continuidade aos consórcios dos rios  
400 Tibagi e Iguaçu, já definidos e iniciados. O Presidente do Conselho informou que as propostas  
401 serão encaminhadas formalmente às Secretarias respectivas. Com relação aos consórcios a  
402 orientação é de que os mesmos sejam implementados e que se busque o seu fortalecimento e  
403 convidou aos Conselheiros para que estejam em Maringá no dia 03 de junho, para assistirem a  
404 assinatura do Consórcio do Pirapó. Foi solicitado pelo representante da ACOPAL de Palmeira,  
405 que seja oficiado ao Secretário de Educação indagando quais as medidas já tomadas na área de  
406 educação ambiental; pediu que sejam mantidas abertas as portas da Secretaria do Meio  
407 Ambiente, da SUREHMA, do ITCF e do Novo Órgão Ambiental para apoio logístico e de obtenção  
408 de recursos para as entidades ambientalistas; comunicou que a Associação está colocando à  
409 disposição do ITCF 1.000 mudas de pau-brasil de pequeno porte que poderão ser recebidas em  
410 Palmeiras; Encaminhou proposta à Secretaria Executiva para que seja solicitado à Secretaria de  
411 Cultura o tombamento da Fazenda Baroneza no município de Palmeiras. Informou que a  
412 proposição encontra-se assinada por 9 Conselheiros, que a fazenda é de propriedade do  
413 Ministério do Exército, estando lá localizado o Depósito Regional de armamento e munições da 5ª  
414 Região Militar, em área com quase 2000 ha abrigando os últimos remanescentes de campos  
415 limpos da Região dos Campos Gerais, um dos biomas predominantes de nosso Estado,  
416 praticamente intocados, e que com o Tombamento vai se evitar utilização da área para agricultura.  
417 Na seqüência usou da palavra Valmir Trentine, Secretário de Assessoramento do Município de

418 Paranavaí que sugeriu seja inserido na composição do Conselho, no que compete às instituições  
419 de nível superior, participação de representante do noroeste do Paraná, pertencente à Fundação  
420 Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Paranavaí, solicitação que foi acolhida pelo  
421 Presidente do Conselho. Também foi acatada a proposição formulada para que se oficie ao Banco  
422 Central para que determine nas regiões do Noroeste do Paraná que a lei nº 6225/75 seja  
423 efetivamente cumprida e que os financiamentos sejam vinculados à efetiva comprovação de  
424 trabalhos de conservação de solos. Na seqüência o Sr. Presidente agradeceu à Câmara de  
425 Vereadores a cessão das instalações para a realização da reunião, bem como a presença dos  
426 participantes, e, tendo em vista o adiantado da hora, encerrou a reunião, da qual lavrei a presente  
427 Ata que vai assinada por mim, Paulo Cezar Rizzo Cerdeira, Secretário Executivo do Conselho,  
428 pelo Sr. Presidente e demais Conselheiros.